



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO

Avenida Efigênio Sales, 1155 – Parque 10 de Novembro

Telefones (92) 3643-0000/3301-9890

69.055-736

Manaus/AM

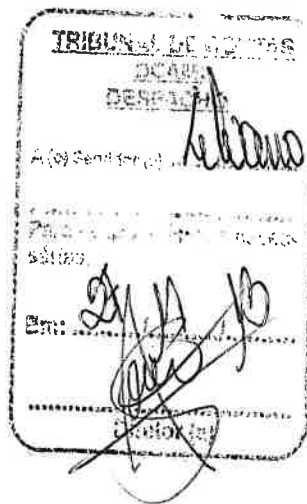
MEMORANDO Nº172/2013 - SP

Manaus, 26 de novembro de 2013.

De: Secretaria do Pleno

Para: DICAMI

Assunto: Cumprimento de Decisão



Senhor Diretor,

Encaminho cópia da Decisão nº 199/2013 exarada pelo Egrégio Tribunal Pleno, para que seja cumprida a determinação do item 8.3, seguem também, cópia do Voto que fundamentam.

Atenciosamente,

MIRTYL LEVY JUNIOR

Secretário do Tribunal Pleno





DECISÃO Nº 199/2013 – TRIBUNAL PLENO

- 1-Processo TCE nº 648/2013.
- 2-Assunto: Denúncia.
- 3-Objeto: Apuração de possível prática de improbidade administrativa.
- 4-Denunciado: Sr. Mário José Chagas Paulain, ex-Prefeito Municipal de Nhamundá.
- 5-Unidade Técnica: DICERP – Informação nº 03/2013 (fls. 23/24).
- 6-Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 4980/2013-MP- ELCM, da Sra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 28/29).
- 7- Relator: Conselheiro Lúcio Alberto de Lima Albuquerque.

EMENTA: Denúncia.

*Arquivamento. Enviar cópia de peças dos autos à DICERP e à DICAMI. Anexar às Contas Anuais.*

8-DECISÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **DECIDEM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 1º, XXII, da Lei nº 2423/1996, c/c os arts. 5º, XXII e 11, inciso III, alínea "c", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, à **unanimidade**, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, **em consonância parcial** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no sentido de:

8.1- Proceder ao arquivamento da presente denúncia;

8.2- Extrair cópia da decisão e enviar à DICERP, que deverá anexar aos autos da Prestação de Contas do Instituto Municipal de Pensão e Aposentadoria de Nhamundá, exercício de 2012 (Processo nº 10.148/2013), para análise dos itens 3 (irregularidades nas contribuições do RPPS) e 5 (relatório fiscal previdenciário da Prefeitura);

8.3- Extrair cópia da decisão e enviar à DICAMI, que deverá anexar aos autos da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Nhamundá, exercício de 2012 (Processo nº 10.140/2013), para análise do item 4 (irregularidades nas contribuições do INSS).

9-Ata: 28ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

10-Data da Sessão: 17 de julho de 2013.

11-Especificação do quórum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente), Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Raimundo José Michiles e Mário José de Moraes Costa Filho (convocado).

Diário Eletrônico do TCE/AM, Edição  
nº 699  
De 31/02/13



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº 648/2013

Fls. Nº 36

DECISÃO Nº 199/2013 – TRIBUNAL PLENO

Processo TCE nº 648/2013– fl.02.

12-Representante do Ministério Público junto a este TCE: Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral de Contas.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA  
Conselheiro-Presidente

LÚCIO ALBERTO DE LIMA ALBUQUERQUE  
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA  
Fui presente Procurador-Geral.



Processo n.º 648/2013

Fl. n.º 32

**Tribunal de Contas do Estado do Amazonas**  
*Conselheiro Lúcio Alberto de Lima Albuquerque*

**Tribunal Pleno**

<b>PROCESSO N.º:</b>	<b>648/2013</b>
<b>NATUREZA:</b>	<b>Denúncia</b>
<b>DENUNCIANTE:</b>	<b>Sr. Gledson Hadson Paulain Machado, Prefeito Municipal de Nhamundá.</b>
<b>DENUNCIADO:</b>	<b>Sr. Mário José Chagas Paulain, ex-Prefeito Municipal de Nhamundá.</b>
<b>RELATOR:</b>	<b>Conselheiro Lúcio Alberto de Lima Albuquerque</b>

**RELATÓRIO**

Tratam os autos acerca da Denúncia formulada pelo Sr. Gledson Hadson Paulain Machado, Prefeito Municipal de Nhamundá, contra o Sr. Mário José Chagas Paulain, ex-Prefeito Municipal de Nhamundá, por ato de impropriedade administrativa, má gestão pública e descumprimento de inúmeras legislações pertinente ao ato de governança (fl.02/05).

Após análise da documentação anexada aos autos, a Unidade Técnica desta Corte, na Informação n. 03/2013-DICERP (fls.23/24) sugeriu o arquivamento da Denúncia.

O Ministério Público junto ao Tribunal, por meio do Parecer n. 4980/2013-MP-ELCM (fls.28/29), da lavra da procuradora de contas **Elizângela Lima Costa Marinho**, opinou o arquivamento dos autos, por perda do objeto.

É o relatório.

**VOTO**

Ao analisar os autos observa-se que o Sr. Gledson Hadson Paulain Machado, Prefeito Municipal de Nhamundá, ingressou com denúncia junto a esta Corte de Contas, contra o Sr. Mário José Chagas Paulain, ex-Prefeito Municipal de Nhamundá, para apuração de suposto ato de impropriedade administrativa, má gestão pública e descumprimento de inúmeras legislações pertinentes ao ato de governança.

Observo que as irregularidades denunciadas pelo atual Prefeito, tratam dos seguintes assuntos:

1. Irregularidades CAUC – Cadastro Único de Convênios Federais;
2. Irregularidades do SIAF (Prestação de Contas de Convênio Federal junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação);
3. Irregularidades de Contribuição do RPPS;



Processo n.º 648/2013

Fl. n.º 33

**Tribunal de Contas do Estado do Amazonas**  
*Conselheiro Lúcio Alberto de Lima Albuquerque*

**Tribunal Pleno**

4. Irregularidades de Contribuição do INSS; e
5. Irregularidades no Relatório Fiscal Previdenciário da Prefeitura.

Verifico que foram emitidas as Notificações nº71, 127/2013-DCAMI (fls.15/16) e Edital de Notificação nº05/2013-DCAMI, publicado no Diário Eletrônico dos dias 15, 16 e 17.04.2013 (fls.18/20) ao Sr. Mário José Chagas Paulain, ex-Prefeito Municipal de Nhamundá, no entanto o denunciado não encaminhou justificativa nem documentos para se defender.

A Diretoria de Controle Externo de Regime Próprio de Previdência Social - DICERP teve o entendimento de que os itens 1 e 2 são de competência fiscalizatória da esfera federal, com o que concordo.

No que tange aos itens 3 e 5, a Diretoria de Controle Externo de Regime Próprio de Previdência Social – DICERP entende que por serem irregularidades verificadas no Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, relaciona-se com recursos públicos municipais, portanto de competência desta Corte de Contas, e devem ser examinadas na Prestação de Contas do Instituto Municipal de Pensão e Aposentadoria de Nhamundá. Quanto a este fato pude constatar em consulta ao sistema spede, que a referida Prestação de Contas Anual (Processo n.10.148/2013), está sendo examinada pela Comissão de Inspeção, logo, concordo que a matéria seja analisada conjuntamente com as contas.

Por outro lado, a DICERP entende que o item 4, que trata de irregularidades nas contribuições do INSS é de competência da Secretária da Receita Federal do Brasil, concluindo que não cabe a esta Corte de Contas aplicar sanções em eventuais falhas em tal matéria, o que discordo, haja vista que em decisões recentes deste Tribunal tem sido aplicado multa ao Chefe do Poder Executivo, pelo fato de não ter recolhido valores à Previdência Social, considerando que o recolhimento da contribuição do INSS, deve ser feita pela Prefeitura, haja vista que esse tipo de recolhimento previdenciário é relativo ao Regime Geral de Previdência, portanto, este item deverá ser examinado na Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Nhamundá, exercício de 2012 (Processo n. 10.140/2013), que está sendo examinada pela Comissão de Inspeção.

Ao final observa-se que as irregularidades apontadas necessitam ser avaliadas na Prestação de Contas do Instituto Municipal de Pensão e Aposentadoria de Nhamundá (itens 3 e 5) e Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Nhamundá (item 4), por falta de dados mais





Processo n.º 648/2013

Fl. n.º 34

**Tribunal de Contas do Estado do Amazonas**  
*Conselheiro Lúcio Alberto de Lima Albuquerque*

**Tribunal Pleno**

consistentes na denúncia que possibilitem uma análise mais elucidativa quanto as essas irregularidades.


Diante do exposto, concordo no mérito, com a Unidade Técnica e a Representante Ministerial, e **VOTO** no sentido de que o Egrégio Tribunal Pleno, no uso de suas atribuições constitucionais e legais previstas no art. 40, II da Constituição Estadual, no art. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I da Lei nº 2.423/96, e no art. 279 da Resolução n.04/2002, proceda ao arquivamento da presente denúncia, contudo, antes da adoção dessa medida deve o Egrégio Tribunal:

1. Extrair cópia da decisão e enviada à DICERP, que deverá anexar aos autos da Prestação de Contas do Instituto Municipal de Pensão e Aposentadoria de Nhamundá, exercício de 2012 (Processo nº 10.148/2013), para análise dos itens 3 (irregularidades nas contribuições do RPPS) e 5 (relatório fiscal previdenciário da Prefeitura);

2. Extrair cópia da decisão e enviada à DICAMI, que deverá anexar aos autos da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Nhamundá, exercício de 2012 (Processo nº 10.140/2013), para análise do item 4 (irregularidades nas contribuições do INSS);

É como voto.

Manaus, 09 de julho de 2013.

  
**LÚCIO ALBERTO DE LIMA ALBUQUERQUE**

Conselheiro-Relator